


ANEXOS

ANEXO A – Pareceres das ERAE

A.1 | Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade



ICNB
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS ÁREAS CLASSIFICADAS

R. Dr. Augusto César Silva Ferreira
Apartado 190
2040-215 Rio Maior
Portugal

T.+351.243 999 480
F.+351.243 999 488
pnsac@icnb.pt
www.icnb.pt

Município da Batalha

Registo N.º: 4592 / Ano: 2008
Entrada de 31-10-2008

Registado por: sylvia
Registado a: 31-10-2008 17:05:09

SCD - Câmara de Gestão do Ambiente - 2008

**PARQUE NATURAL
DAS SERRAS DE AIRE
E CANDEIROS**

Despacho:

A
DOT

31.10.08

Presidente

DATA S. COMUNICAÇÃO DATA
2008 | 10 | 14 2008 | 10 | 14

S. REFERÊNCIA
Ofício nº 8524

N. REFERÊNCIA
1252

REFERÊNCIA INTERNA
E/SAC/47-H (23-08)

ASSUNTO

**Avaliação Ambiental Estratégica no âmbito do PDM da Batalha –
Relatório de Factores Críticos**

Ex.mo Senhor

Em resposta ao V/ Ofício com o n.º 8524 de 14 de Outubro de 2008, em que se solicita a emissão de parecer sobre o Relatório de Factores Críticos de Decisão, de acordo com o preceituado no artº 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, relativo à revisão do PDM da Batalha, e após análise cuidada do Relatório em causa, cumpre-nos informar:

As Questões Ambientais, o Quadro de Referência Estratégica e os Factores Críticos para a Decisão encontram-se bem identificadas e adequadas ao território específico e à natureza do Plano, pelo que a sua estrutura e alcance se mostram apropriadas, bem como de acordo com os requisitos legais.

O critério Biodiversidade incluído no FCD Recursos Naturais poderá ser mais desenvolvido ao nível dos objectivos e dos indicadores de seguimento. Nesse sentido, e dado como referem, tratar-se de uma primeira abordagem, tomamos a liberdade de propor a inclusão, de forma não exaustiva, de indicadores tais como: alterações à estrutura da REN e RAN, estrutura ecológica municipal, conformidade com as orientações de gestão propostas pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000, entre outros;

Do exposto é emitido parecer positivo sobre o conteúdo do Relatório dos Factores Críticos de Decisão, com as ressalvas indicadas no parágrafo anterior.

Com os melhores cumprimentos

A Directora do Departamento de Gestão de
as Classificadas do Litoral de Lisboa e Oeste



Sofia Castel-Branco da Silveira
Sofia Castel-Branco da Silveira

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional


A.2 | Instituto da Água

Município da Batalha

Registo N.º: 4647 /Ano: 2008
Entrada de 05-11-2008

Registado por: sylvia
Registado a: 05-11-2008 12:20:07

8930-Indicação na Gestão Documental de 1-1-2008



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INSTITUTO DA ÁGUA, I.P.
Departamento de Ordenamento e Regulação do Domínio Hídrico
Divisão de Ordenamento e Valorização

Tomou conhecimento
Perícia
5/11/2008

Despacho: *A*

Hídrico *DOT*

4, 11, 08

Presidente

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Batalha
Rua Infante D. Fernando
2440-118 BATALHA

Vossa referência
Of. 8525

Data
2008.10.14

Nossa referência
SAI/DORDH/DOV/2008/1428
Proc. n.º 210/2008

Data
30 OUT, 2008

ASSUNTO: AVALIAÇÃO AMBIENTAL: DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO E DECRETO-LEI N.º 316/2007, DE 19 DE SETEMBRO

Avaliação Ambiental Estratégica no Âmbito do Plano Director da Batalha - Relatório de Factores Críticos - Processo nº 22/2008/4

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e atendendo ao novo quadro legal em matéria de recursos hídricos, cumpre-nos informar V. Exa. do seguinte:

1. Nos termos da alínea j) do artigo 5.º da Portaria n.º 529/2007, de 30 de Abril, que aprova os Estatutos do Instituto da Água, I.P., compete ao Departamento de Ordenamento e Regulação do Domínio Hídrico assegurar a participação na Avaliação Ambiental Estratégica de programas ou planos, de dimensão nacional com incidência nos recursos hídricos.
2. No âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o Instituto da Água, I.P., enquanto entidade à qual, em virtude das suas responsabilidades específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa, entende que sua participação nos processos de Avaliação Ambiental Estratégica, se deverá restringir aos planos de âmbito nacional e regional, programas sectoriais e aos planos especiais de ordenamento do território.
3. Nos termos da alínea b) do artigo 7.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, as Administrações Região Hidrográfica (ARH) são as entidades que a nível regional prosseguem atribuições de gestão das águas, incluindo o planeamento, licenciamento e fiscalização.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INSTITUTO DA ÁGUA, I.P.
Departamento de Ordenamento e Regulação do Domínio Hídrico
Divisão de Ordenamento e Valorização

4. Face ao exposto, e em matéria de recursos hídricos, considera-se que a ARH, com jurisdição na área, é a entidade com competência para a emissão do parecer solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

1
O PRESIDENTE,

Orlando Borges



Margarida Almodovar
Directora de Departamento

pM/pf

A.3 | Autoridade Nacional de Protecção Civil



Município da Batalha

Registo N.º:	4932 / Ano: 2008
Entrada de	24-11-2008
Rec.	22 / 2008 / 1
Registado por:	sílvia
Registado a:	24-11-2008 11:43:05

SGO-Sistema de Gestão Documental-24-11-2008

Time: Contínuo 18/11/2008

PATRICIA

- Parecer sobre o Relatório de Factores Críticos para a Decisão (RFCD) - Batalha

Conforme solicitado através do V/ ofício ref.ª DOT-STPSIG, de 14 de Outubro de 2008, após a análise dos elementos apresentados e tendo em conta o quadro de referência estratégico com base nos seus instrumentos referenciais estratégicos, com vista a assegurar que o uso do território e a implantação de infra-estruturas e equipamentos não colidam com a segurança de pessoas, de bens e do ambiente, somos da opinião de que os riscos naturais e tecnológicos devam ser considerados Factores Críticos de Decisão.

Deve ser verificada a existência de outros riscos naturais e/ou tecnológicos devidamente identificados no seu Plano Municipal de Emergência (PME) e que possam ter importância nas opções que irão ser consideradas na elaboração do PDM da Batalha, nomeadamente erosão e impermeabilização de solos, transporte de matérias perigosas, indústrias perigosas, risco sísmico, risco incêndio urbano, para os quais se deve dar especial atenção e ter em consideração contribuindo para a prevenção e mitigação das suas consequências.

Apresentando-se objectivos de sustentabilidade como o *prevenir e reduzir o risco de inundações, prevenir e reduzir o risco de movimento de massa*, entre outros, no Factor Crítico Decisão “Riscos Naturais”, sugerimos que seja considerado na AAE, do PDM da Batalha, no que diz respeito ao objectivo de sustentabilidade, redução do risco de inundação, para além de uma possível correlação com o indicador controlo da impermeabilização dos solos, a introduzir, sugerimos que o indicador passe a incluir o número de pessoas e estruturas existentes em leitos de cheia (antes e depois da proposta de plano).

Tendo em conta os riscos e vulnerabilidades apresentados, bem como, outros do concelho da Batalha sugerimos a seguinte redacção de objectivos e indicadores:

COMANDO DISTRIAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE LEIRIA
 Edifício do Governo Civil - Largo Dr. Manuel de Arriaga, Nº1 | 2400-177 Leiria - Portugal
 Tel.: + 351 24 486 04 00 Fax: + 351 24 486 04 01

www.proteccao civil.pt
cdos.leiria@proci.pt

1/2



- a. Controlar a impermeabilização e erosão dos solos, incluindo como indicadores a REN e a evolução temporal da área impermeabilizada nos principais centros urbanos;
- b. Restringir a construção de estruturas em áreas com instabilização de vertentes – número de estruturas/edificações existentes antes e depois do plano;
- c. Diminuir o atravessamento de veículos de transporte de matérias perigosas nas zonas urbanas e de grande valor ambiental (a incluir no Factor Crítico: Actividades Económicas) – número de atravessamentos de zonas urbanas, antes e depois do plano;
- d. Assegurar a segurança de pessoas e bens relativamente a indústrias perigosas – número de pessoas e estruturas em perigo antes e depois do plano.

Leiria, 17 de Novembro de 2008

A Técnica Superior 1.ª Classe

Alda Maria Mendes Lisboa
Alda Maria Mendes Lisboa

COMANDO DISTRIAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE LEIRIA
Edifício do Governo Civil - Largo Dr. Manuel de Arriaga, Nº1 | 2400-177 Leiria - Portugal
Tel.: + 351 24 486 04 00 Fax: + 351 24 486 04 01

www.protecçãocivil.pt
cdos.leiria@proctlv.pt

2/2

A.4 | Agência Portuguesa do Ambiente

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Município da Batalha

Registo N.º: 4582 / Ano: 2008
Entrada de 31-10-2008
Registo por: rosário
Registado a: 31-10-2008 10:43:33
SGD-Sistema de Gestão Documental: 31-10-2008

RPA OF-015357 08 10 27

MUNICÍPIO DA BATALHA

Dispachos:

1ª
2ª
3ª
4ª
5ª
6ª
7ª
8ª
9ª
10ª
11ª
12ª

20/10/08
Presidente

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Batalha

2440-118 Batalha

SI/ referência	Data	N/ referência	Data
8523	14-10-2008	2152/2008/GAIA	

Assunto: **Avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM da Batalha**

Serve a presente para transmitir a V. Exa. que o Plano enviado a esta Agência para parecer relativamente à sua avaliação ambiental estratégica nos termos do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com o Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, nos mereceu a nossa melhor atenção.

Porém, é entendimento deste organismo que a vocação local deste instrumento de gestão territorial exige uma ponderação dos interesses ambientais, também com uma incidência muito particular na área de intervenção em causa, pelo que a entidade melhor vocacionada para emitir o parecer solicitado em virtude das suas atribuições regionais é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro, pelo que devolvemos o documento enviado.

Mais se informa que foi, nesta data, dado conhecimento à CCDRC do teor do presente ofício.

Com os melhores cumprimentos.

Tomai conhecimento
Prima
31/10/2008

O Director-Geral

António Gonçalves Henriques

[Assinatura]

Fernanda Santiago
Subdirectora-Geral

Anexo: devolução de processo
MM

A.5 | Administração Regional Hidrográfica do Centro



ARH
CENTRO

Administração da
Região Hidrográfica
do Centro, I.P.

Município da Batalha

Registo N.º: 4899 / Ano: 2008
 Entrada de 20-11-2008
22/2008/4
 Registrado por: rosário
 Registrado a: 20-11-2008 17:28:49

Exmo. Senhor Presidente
 Câmara Municipal da Batalha
 Rua Infante D. Fernando
 2440-118 Batalha

A
DOT
20.11.08

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Ofício N.º	Data
DOT-STP/SG 8528	2008/10/14	Proc.º nº PAE-2008-0001	OF8294_2008/PJC	14.NOV2008

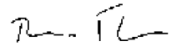
Assunto: Avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM do Município de Batalha - Parecer sobre o relatório de factores críticos de decisão Batalha

Na sequência do V. ofício relativo ao assunto mencionado em epígrafe e no âmbito dos recursos hídricos, emite-se o seguinte parecer:

A apreciação que se faz ao relatório de factores críticos de decisão (RFCD), relativo ao plano de desenvolvimento municipal de Batalha é positiva. No entanto verifica-se que a convergência entre os objectivos da revisão do PDM (questões específicas) e o referencial estratégico (quadro de referência estratégico) não tem em atenção as medidas indicadas no *Programa Nacional Para o Uso Eficiente da Água*. Sugere-se a sua inclusão.


Os objectivos de sustentabilidade descritos, de um modo geral correspondem aos critérios indicados. Os indicadores apresentados na sua maioria não são mensuráveis, o que não permite a efectiva avaliação do modelo ambiental. Tendo presente o referido sobre este tema no *Guia de Boas Práticas Para a Avaliação Ambiental Estratégica*, sugere-se que o RFCD seja remodelado no sentido de ultrapassar os assuntos anteriormente referidos.

Com os melhores cumprimentos,

Teresa Fidélis

 Presidente da ARH do Centro, I.P.

NMA/

A.6 | Administração Regional de Saúde do Centro

 <p>ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO SUB-REGIÃO DE SAÚDE DE LEIRIA CENTRO DE SAÚDE DA BATALHA SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA</p>	<p>Município da Batalha</p> <p>Registo N.º: 4728 / Ano: 2008 Entrada de 10-11-2008</p> <p>Registado por: sivia Registado a: 10-11-2008 17:28:05</p>	<p>MUNICÍPIO DA BATALHA</p> <p>Despacho:</p> <p>Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha 2440 - BATALHA</p>
--	--	---

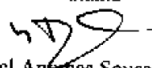
Nossa referência N.º/data - 6 NOV, 2008
SP 270

Assunto: Avaliação Ambiental Estratégica no Âmbito do Plano Director Municipal da Batalha

Conforme solicitado no V/ ofício 8529 de 14/10/2008 e após análise da informação recebida, informo que concordo com a generalidade do proposto. Sugiro, no entanto, a atenção para alguns aspectos, que certamente serão alvo de intervenções futuras:

- Qualidade da água para consumo humano - assegurar a protecção das captações de água, assim como a qualidade das redes de distribuição.
- Alterações climáticas/catástrofes - assegurar eventuais pontos de abrigo, com equipamento adequado para estas eventualidades.
- Parque escolar - continuar o investimento na melhoria da qualidade e conforto do parque escolar

Com os melhores cumprimentos

O Delegado de Saúde
Concelho da Batalha

(Vitor Manuel Antunes Sousa)

☐ Rua da Freixo 2440-062 Batalha
✉ esharsp@arsleiria.min-saude.pt

TEL. ☎ 244 769920
FAX. ☎ 244 767253

A.7 | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Col.: DSR Leiria
Município da Batalha
Registo N.º: 4789 / Ano: 2008
Entrada de 13-11-2008
Ass. 22/2008/4
Registado por: rosário
Registado a: 13-11-2008 17:34:54
Sua referência: 8528

Ex.mo Senhor
Presidente do
Município da Batalha
Rua Infante D. Fernando
2440-118 Batalha

A
DOT

13 11 08
Data: 705425
11 NOV 2008

Sua comunicação de: 14.10.2008
Nossa referência: DOTCN 2561/08
Proc: AAE-LE.04.00/1-08

ASSUNTO: REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA BATALHA
Análise do Relatório de Factores Críticos
Req.: Câmara Municipal da Batalha
LEIRIA - Batalha

Relativamente ao Relatório de Factores Críticos (RFC) da Revisão do Plano Director Municipal (PDM) da Batalha, enviado pela Câmara Municipal (CM), através dos ofícios n.º 8527 para a CCDR/DSR de Leiria e n.º 8528 para a CCDRC, datados de 2008.10.08, cumpre-nos informar o seguinte:

1. Introdução

A Câmara Municipal de Batalha apresentou ao abrigo do art.º 5º, do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho o Relatório de Factores Críticos (RFC) da 1ª revisão do Plano Director Municipal da Batalha.

O RFC constitui o primeiro relatório do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégico (AAE) e tem como objectivo determinar o âmbito e o alcance da Informação ambiental que irá ser tratada no Relatório Ambiental, através da identificação de um conjunto de Factores Críticos de Decisão e respectivos critérios de sustentabilidade e indicadores.

Neste contexto compete à CCDR atendendo ao disposto no art. 5º do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho conjugado com o referido no nº 3, do art.º 3º, do mesmo diploma e com os pontos 6 a 9 do art.º 74, do Decreto Lei 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei 316/2007 de 19 de Setembro, emitir parecer sobre a proposta de âmbito e do alcance que dará suporte à realização de AAE da 1ª revisão do Plano Director Municipal da Batalha.

2. Estrutura

O RFC desenvolve-se ao longo de 9 capítulos, dos quais se destacam os seguintes:

- 3 – Onde é apresentado o objecto de avaliação/estudo da Revisão do PDM;
- 4 – Onde é realizada uma síntese da caracterização do concelho;

Rua Bernardino Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra - Portugal
Tel: 238 400 100 Fax: 238 400 115
www.ccdrc.pt geral@ccdrc.pt

Linha de Atendimento ao Cidadão
Telefone: 808 202 777
e-mail: cidadao@ccdrc.pt
Horário: 9.30 - 12.30
14.00 - 17.00

[Handwritten signature]



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- 5 – Onde é apresentado o Quadro de Referência Estratégico (QRE);
- 6 – Onde são seleccionados os Factores Ambientais (FA);
- 7 – Onde são identificados os Factores Críticos de Decisão (FCD);

→ Genericamente, a estrutura apresentada responde ao que é pretendido.

3. Apreciação Técnica

3.1 Objecto de Estudo do PDM

O objecto de Avaliação Ambiental incide sobre a proposta de Revisão do PDM do concelho da Batalha, que estabeleceu como objectivo geral dotar o município de um instrumento mais operacional e de acordo com as tendências actuais de desenvolvimento estabeleceu 15 objectivos principais.

As opções estratégicas da Revisão do PDM baseiam-se em 3 eixos fundamentais, que enquadram as opções e intervenções definidas no PEAE (Plano Estratégico da Alta Estremadura). Para cada eixo, o estudo apresenta uma listagem de projectos estratégicos para o concelho, agrupados por programas, conforme Quadro I.

Quadro I – Eixo e Programas da Revisão do PDM

EIXO	PROGRAMA
Valorização e sustentação territorial	Reforço e consolidação do sistema urbano Infra - estruturação e valorização territorial
Dinamização e modernização da base económica	Reordenamento e robustecimento do espaço económico Consolidação e afirmação dos "clusters" competitivos Qualificação dos recursos humanos
Melhoria da equidade e das condições de bem - estar	Reforço da cobertura dos equipamentos colectivos Promoção da integração social

Com base no relatório da revisão do PDM, de Agosto 2007, são ainda apresentadas as directrizes para o modelo de estrutura espacial do município, e as propostas subsequentes.

A síntese da caracterização do concelho apresentada no RFC, serve de base à identificação dos objectivos da Revisão do PDM, ao referir as principais dinâmicas populacionais, habitacionais e económicas, potencialidades naturais/patrimoniais, bem como as acessibilidades privilegiadas.

3.2 Quadro de Referência Estratégico

No RFC são identificados vários tipos de instrumentos considerados relevantes para a área em estudo, que formalizam o Quadro de Referência Estratégico, de âmbito nacional,

Ofício nº DOTCN 2581/08

2/6



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

regional e local, conforme se apresenta no Quadro 2 deste documento e no capítulo 5 do RFC apresentado.

Quadro 2 – Instrumentos do QRE, identificados no RFC.

INSTRUMENTO	ACRÓNIMO
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território 2007-2025	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013	QREN
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Plano Nacional das Serras de Aire e Candeeiros	PNSAC
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
Programa Nacional de Turismo da Natureza	PNTN
Programa Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013	PNDR
Plano Nacional da Água	PNA
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética	PNAEE
Plano Estratégico de abastecimento de água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013	PEASAR
Plano Nacional de Acção de Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2015	PERSU II
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI
Estratégia Nacional de Efluentes Agro Pecuários e Industriais	ENEAPI
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF
Plano de Bacia Hidrográfica do Lis	PBH – do Lis
Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo	PBH – do Tejo
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral	PROF - CL
Agenda 21 Local da Batalha	A 21 Batalha

Ofício nº DOTCN 2561/08

3/6



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

→ Para complemento do Quadro anterior recomenda-se que seja ainda tido em consideração o Plano Rodoviário Nacional 2000 – PRN 2000, a fim de as propostas de Revisão do PDM poderem ser compatibilizadas, com o previsto neste Plano.

→ Entende-se que os Quadros 5 e 6 do RFC "Convergência entre os Objectivos da Revisão do PDM e o Referencial Estratégico" se encontram bem estruturados.

→ Decorrente dos dois quadros anteriores, e dos Quadros 5 e 6 do RFC, é feita a análise da interligação/compatibilização entre os eixos e programas do PDM em revisão e o Quadro de Referência Estratégico, permitindo tirar conclusões para o estudo, onde se deverá dar ênfase às relações fortes. Destacam-se em termos de frequência as relações entre os objectivos da Revisão do PDM e o PNPOT, ENDS, QREN, PROT-C e A21 Batalha.

3.3 Factores Ambientais e Factores Críticos de Decisão

O RFC determina ainda, um conjunto de Factores Ambientais a considerar, no processo de selecção dos Factores Críticos de apoio à Decisão, adaptando o disposto no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho.

No relatório foram indicados os seguintes Factores Ambientais (FA):

- Biodiversidade;
- População;
- Saúde humana;
- Fauna;
- Flora;
- Solo;
- Água;
- Atmosfera;
- Factores climáticos;
- Bens materiais;
- Património cultural, incluindo o património e arqueológico;
- Paisagem.

São propostos 5 Factores Críticos para a Decisão (FCD):

- Riscos naturais;
- Recursos naturais;
- População,
- Actividades económicas;
- Património arquitectónico e arqueológico.

Ofício nº DOTCN 2561/08

4/6



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

No RFC é apresentada, no Quadro 7, a relação entre os FA definidos no DL n.º 232/2007, de 15 de Janeiro e relevantes para a Revisão do PDM e os FCD propostos.

→ A selecção dos FA relevantes para a Revisão do PDM, que constam do já referido Quadro 7, seria mais explícita se tivessem surgido de uma apresentação mais objectiva (por exemplo em forma de Quadro) das potencialidades, forças e oportunidades, bem como das ameaças e fraquezas do município.

→ Apesar de no capítulo 4 ter sido realizada a caracterização selectiva do concelho, os FA da Revisão do PDM não se subentendem claramente.

→ Contudo, da análise global do documento parecem representativos de quase todas as características ambientais do município, nomeadamente em termos de património, Rede Natura e biodiversidade, e ainda no que respeita a riscos.

→ Em nosso entender, no entanto, o factor "Infra-estruturas" não deveria ter um conceito restrito de carácter urbano, mas sim alargado, de modo a englobar as grandes rodovias que atravessam o concelho, com os consequentes impactes ambientais.

→ Relativamente aos FCD obtidos, três deles – Recursos Naturais, Património Natural e Riscos Naturais – são representativos das características ambientais do concelho. No entanto, os FCD "População" e "Actividades Económicas", poderiam ter conceitos mais abrangentes, na óptica do ordenamento do território. Assim, estariam incluídas as questões ambientais relacionadas com as infra-estruturas, os aglomerados urbanos e rurais, as áreas industriais, e ainda a problemática das indústrias extractivas, muito expressivas neste concelho.

4. Conclusão

Genericamente o estudo apresenta-se bem estruturado e de acordo com as normas e boas práticas actualmente disponíveis.

Assim, face ao exposto, considera-se que o desenvolvimento dos estudos deverá atender ao atrás referido, nomeadamente ser mais clara a relação entre os FA relevantes e a caracterização do concelho, e principalmente reforçar a análise em termos de ordenamento do território, tão importante num PDM, que se pretende estratégico em todas as vertentes de desenvolvimento.

Quanto aos indicadores, de um modo geral expressam quer quantitativamente, quer qualitativamente os FCD. No entanto e na sequência do que já foi referido, no que respeita aos FCD "População" e "Actividades Económicas", se este for alargado ao



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

ordenamento do território deveriam ser estabelecidos indicadores de acordo com esta temática.

No que se refere aos indicadores relativos aos "Recursos Naturais" considera-se que seria interessante avaliar no critério "Biodiversidade", para além do n.º de ocorrências de incêndios, a quantidade de área ardida, e o mesmo se passa relativamente ao critério "Inundações" (área ou cota).

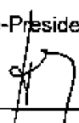
Ainda, quanto ao FCD "Actividades Económicas" – critério "Exploração de Inertes" – sendo embora esta, uma primeira abordagem, recomenda-se especial cuidado, visto tratar-se de um sector problemático no concelho.

Importa referir que, não obstante o adiantado estado de trabalhos da Revisão do PDM, a primeira proposta foi enviada a esta CCDRC em 2008.09.30, bem como às restantes entidades da CA, não tendo ainda sido emitido qualquer parecer no âmbito desta comissão, o que irá ocorrer na reunião agendada para o dia 2008.11.18. Assim, o RFC sendo parte integrante do PDM, não deve considerar diminuída a sua capacidade de influenciar as opções estratégicas do Plano, que se venham a revelar inconvenientes do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Recomenda-se que de futuro, a informação contida nas tabelas apresentadas seja melhorada, no sentido de facilitar a leitura que, nalguns casos, é extremamente difícil, nomeadamente devido à opção cromática adoptada.

Com os melhores cumprimentos

O Vice-Presidente




(Eng.º Henrique Manuel Moura Maia)

GG/ZD/FF

Ofício nº DOTCN 2561/08

6/6

A.8 | Município de Leiria

 Município de Leiria Câmara Municipal	Município da Batalha Registo N.º: 4688 /Ano: 2008 Entrada de 07-11-2008 Registrado por: sylvia Registrado a: 07-11-2008 10:11:07	Data: 06/11/08 Assunto: A Assinatura: [assinatura] Local: [assinatura]
---	---	---

Ex.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal
da Batalha

Rua Infante D. Fernando
2440-118 BATALHA

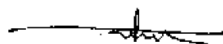
Sua referência 8534	Sua comunicação 14/10/08	Nossa referência OMT 01 01 01	Data 31-10-2008	Ofício N.º SAI-2008/17488
------------------------	-----------------------------	----------------------------------	--------------------	------------------------------

Assunto: Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM - Parecer do Relatório de Factores Críticos

Conforme solicitado por V. Ex.ª, através do ofício n.º 8534 datado de 14/10/08, relativo à emissão de parecer ao Relatório de Factores Críticos para a Decisão da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM da Batalha, vimos por este meio informar que o referido parecer é favorável.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador



Fernando Carvalho

A.9 | Município de Porto de Mós

Município da Batalha

Registo N.º: 4770 / Ano: 2008
Entrada de 12-11-2008
Registo por: rosario
Registado a: 12-11-2008 16:45:37



009994 07-11 '08
MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS
A
DOT

Exmo(s) Sr.(s)
Município da Batalha
Câmara Municipal
Rua Infante D. Fernando

2440-118 Batalha

Sua referência
DOF-STPSIG - 8532

Sua comunicação

Nossa Referência

Proc.

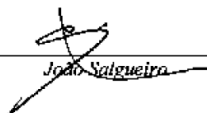
ASSUNTO: " AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA NO ÂMBITO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA BATALHA - PROCESSO N.º 22 /2008 / 4. "

Em referência ao assunto mencionado em epígrafe, e em resposta ao ofício de 14 de Outubro do corrente, cumpre informar V. Exa que esta Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em 30 de Outubro, deliberou o seguinte:

"Nada a opor aos factores críticos para a decisão identificados no relatório, no entanto era importante salvaguardar a possibilidade de definição de um corredor que permita a ligação viária de Mira a Fátima."

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


João Salgueiro

Min. MO
Doc. SS

Câmara Municipal de Porto de Mós - Praça da República - 3480-851 Porto de Mós
(TEL. 244 - 499600 - FAX 244 - 499601)
EMAIL: geral@municiplio-portodemos.pt

A.10| Município da Batalha



Página 1 de 3

Cópia de parte da

Acta Nº. 27/2008

Aos **onze** dias do mês de **Dezembro** do ano de **dois mil e oito**, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Vila da Batalha, reuniu, em sessão *ordinária*, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:

Presidente: ANTÓNIO JOSÉ MARTINS DE SOUSA LUCAS
Vice-Presidente: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA HENRIQUES
Vereadores: PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS
GRAÇA MARIA HENRIQUES PEREIRA
FRANCISCO JOSÉ MEIRELES CARDOSO
MARIA DE FÁTIMA GOMES FERREIRA GASPAR

* *

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(...)

DELIBERAÇÃO Nr. 2008/0887/D.O.T. (STPSIG)

"Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM - Pareceres"

P.O. n.º 22/2008/4

----- Presente o processo mencionado em epígrafe, bem como informação n.º 222/2008 emitida em 26.11.2008 pelos Serviços Técnicos da D.O.T., a informar que, de acordo com a comunicação da Geoatributo, foram emitidos os seguintes pareceres das entidades abaixo designadas relativamente à "Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM", no âmbito do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho:-----

-----**Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade**-----

- Foi emitido parecer positivo.-----
- Foi sugerido desenvolver o critério Biodiversidade no que diz respeito aos objectivos e respectivos indicadores de seguimento, tais como: alterações à estrutura da REN e RAN, estrutura ecológica e conformidade com as orientações de gestão propostas pelo PSRN2000.-----
- Estas sugestões, tal como referido pela equipa no e-mail de 5/11/2008, serão reflectidas no Relatório Ambiental.-----

-----**Instituto da Água, I.P.**-----

CMBatalha/Acta nº 27 de 11-12-2008





MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA)

Página 2 de 3

- Informa que a entidade com competência para emissão de parecer é a ARH.-----

-----**Município de Leiria**-----

- Foi emitido parecer favorável.-----

-----**Administração Regional de Saúde do Centro**-----

- Em geral concordaram com o relatório apenas referiram alguns aspectos que deverão ser acautelados designadamente: Qualidade de Água para consumo humano, Alterações climáticas/catástrofes e parque escolar.-----

-----**Município de Porto de Mós**-----

- Foi deliberado em reunião de câmara de 30 de Outubro nada terem a opor aos factores críticos para a decisão sugerindo a salvaguarda da possibilidade de definir um corredor que permita a ligação viária de Mira de Aire a Fátima.-----

-----**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**-----

- No Quadro dos Instrumentos do QRE foi sugerido a inclusão do Plano Rodoviário Nacional 2000 – PRN;-----
- Sugerem a apresentação em forma de quadro com as potencialidades/oportunidades e ameaças/fraquezas do município;-----
- Foi mencionado que no capítulo IV não se subentende claramente os FA da Revisão do PDM;-----
- O factor “Infra-estruturas” deveria ter um conceito mais alargado de modo a englobar as grandes rodovias que atravessam o concelho;-----
- Os FCD “População” e “Actividades Económicas” poderiam ter conceitos mais abrangentes de modo a incluir todas as questões ambientais;-----
- Necessidade de uma estreita articulação entre os FA e a caracterização do concelho;
- No factor das actividades económicas ter especial atenção com as explorações de inertes;-----
- Recomendações ao nível da apresentação das tabelas de modo a facilitar a leitura dos mesmos.-----

-----**Administração da Região Hidrográfica do Centro**-----

- Sugerem a inclusão das medidas preconizadas no programa Nacional Para o Uso Eficiente da Água;-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA)

Página 3 de 3

- Sugerem a remodelação do RFCD porque os indicadores na sua maioria não são mensuráveis e não permitem uma efectiva avaliação ambiental do modelo.

-----**Autoridade Nacional da Protecção Civil**-----

- Considerar os Riscos Naturais e Tecnológicos identificados no Plano Municipal de Emergência;-----
- Introduzir nos objectivos de sustentabilidade a Redução do Risco de Inundação e como indicar o n.º de pessoas e estruturas afectadas pelas cheias;-----
- Foram sugeridos objectivos e indicadores relacionados com os riscos e vulnerabilidades.-----

-----**A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, concordar com todas as sugestões/correções, emitidas pelas respectivas entidades nos pareceres supracitados, as quais deverão ser incluídas no Relatório dos Factores Críticos de Decisão a entregar em simultâneo com o Relatório Ambiental.**-----

Aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Está conforme o documento original existente no arquivo desta Câmara Municipal, o que certifico.

Batalha, aos 15-12-2008

O Chefe de Divisão

~~~~~

(Carlos Agostinho Costa Monteiro)



Presidência do Conselho de Ministros  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Ex.mo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal da Batalha  
Rua Inf. D. Fernando  
2440-118 Batalha

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

DOTCN 629/14  
Proc: AAE-LE.04.05/1-08

27.MAJ.2014

**ASSUNTO:** PARECER SOBRE O RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DA BATALHA

**REQ.:** CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA

**LEIRIA/BATALHA**

A Câmara Municipal (CM) da Batalha remeteu, por email, em 22.04.2014, o Relatório Ambiental (RA) e respetivo Resumo Não Técnico, solicitando o encaminhamento para as Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas, no âmbito do n.º 2 do artigo 75.º - A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

De referir que se encontrava agendada, para o dia 28.04, a reunião da Comissão de Acompanhamento (CA), a que se refere o citado artigo 75.º - A do RJIGT, tendo sido reencaminhados para a CA os elementos recebidos, conforme a indicação da CM, solicitando-se o parecer no prazo de 30 dias, estabelecido no n.º 3 do art. 7.º do DL 232/2007 de 15.06, na redação do DL 58/2011 de 4.05.

### 1. Considerações gerais

O presente RA constitui a 2.ª fase do processo de avaliação ambiental da revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha (PDMB), conforme metodologia adotada.

A 1.ª fase culminou com o Relatório de Definição de Âmbito (RDA), o qual foi objeto de apreciação da CCDRC transmitida à Câmara Municipal da Batalha através do ofício DOTCN 2561/08, de 11.11.

O parecer recomendava a ponderação de alguns aspetos no desenvolvimento do estudo, nomeadamente:

- Clarificação da relação entre os Fatores Ambientais (FA) relevantes e a caracterização do concelho e particularmente reforço da análise em termos de ordenamento do território;
- Consideração de uma maior abrangência para os Fatores Críticos de Decisão (FCD) "População" e "Atividades Económicas" na ótica do ordenamento do território, incluindo nessa temática as questões ambientais relacionadas com as infraestruturas, os aglomerados urbanos e rurais, as áreas industriais, e, ainda, a problemática das indústrias extrativas, muito expressivas neste concelho, devendo, como tal, ser estabelecidos indicadores adequados.



**DATACENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A DECISÃO  
<http://www.datacentro.gov.pt>



Rua Bernardim Ribeiro, 86 • 3090-869 Coimbra • Portugal  
Tel: 239 400 300 • Fax: 239 400 115 - [geral@ccdrcc.pt](mailto:geral@ccdrcc.pt) - [www.ccdrcc.pt](http://www.ccdrcc.pt)  
Linha de Atendimento ao Cidadão - Tel: 808 202 777 - [cdci@ccdrcc.pt](mailto:cdci@ccdrcc.pt)



Presidência do Conselho de Ministros  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

- Introdução de alguns novos indicadores, bem como a especial atenção no tratamento do critério "Exploração de Inertes" do FCD "Atividades Económicas", dado tratar-se de um setor problemático no concelho.

De referir, desde já, que a proposta de ordenamento não está fechada, tendo sido objeto de parecer da CA no âmbito da 4.ª reunião plenária, realizada no dia 28.04.2014, do qual resultou a necessidade da proposta ser reformulada e consensualizada, nomeadamente no que concerne às implicações com servidões e restrições de utilidade pública.

Neste contexto, este RA não constitui ainda o documento final, o qual deve ser apresentado com a proposta de plano que vier a ser submetida a parecer final da CA, conforme determina o n.º 7, em conjugação com o n.º 4, do artigo 75.º-A do RJIGT.

## 2. Apreciação

### 2.1. Apreciação na generalidade

O documento foi desenvolvido em doze "capítulos", dos quais são de relevar o capítulo 5 relativo ao "Objeto de Avaliação", o capítulo 6 relativo à "Definição dos Fatores Críticos para a Decisão", o capítulo 7 relativo à "Análise e Avaliação Ambiental Estratégica por Fator Crítico para a Decisão", o capítulo 8 que constitui uma síntese da avaliação ambiental estratégica e o capítulo 9, relativo ao "Programa de Gestão e Monitorização Ambiental".

Como se afirma no próprio Relatório em apreço (página 9), a AAE da proposta de revisão do PDMB pretende "identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos (positivos ou negativos) no ambiente resultantes da implementação da [revisão do PDMB], ou seja, (...) avaliar e assegurar a sustentabilidade da proposta apresentada".

Por outro lado, e de acordo com o "Guia Orientador – Revisão do PDM", editado por esta CCDRC em 2012, a AAE "não se destina a justificar as soluções do plano, mas a apoiar a sustentabilidade ambiental da solução de planeamento que venha a ser encontrada". O RA deve ainda avaliar o modo como a proposta de revisão do PDMB contribui para a concretização das metas e objetivos ambientais definidos nos diferentes instrumentos de referência considerados relevantes.

Ainda que este Relatório não se destine a justificar as opções do Plano, deverá permitir assumir que as soluções, independentemente de não terem somente efeitos positivos, são as mais equilibradas e, consequentemente, as mais adequadas, no leque das alternativas disponíveis. Não parece, assim, aceitável que o RA seja uma espécie de parecer crítico, na ótica ambiental estratégica, das soluções de ordenamento territorial plasmadas na proposta de Plano, não se percebendo até que ponto a avaliação ambiental estratégica influenciou as opções do Plano.

Com efeito, algumas preocupações e recomendações que constam do capítulo 7, referente à "Análise e Avaliação Ambiental Estratégica por Fator Crítico para a Decisão", particularmente no item "Evolução Esperada com a Proposta de RPDM da Batalha", não se vêm refletidas nos quadros 32 e seguintes que constituem a síntese da AAE. De facto, consideramos muito pertinentes e ajustadas à realidade concelhia as questões de base que foram suscitadas face à proposta de ordenamento apresentada, matéria





Presidência do Conselho de Ministros  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

particularmente bem desenvolvida no capítulo 7, pelo que é pena que muitas dessas questões não estejam presentes, quer nos FCD adotados, quer nos respetivos critérios e, consequentemente, no programa de gestão e monitorização ambiental.

Uma vez que a proposta de ordenamento não está fechada, conforme acima foi referido, o RA pode e deve contribuir para influenciar as opções finais do plano. De resto, o RA assume, em diversos momentos, que a proposta de ordenamento não constitui a versão final, face a diversas recomendações no sentido da revisão da mesma, de que são exemplo as referências às áreas de conflito entre as áreas de perigosidade de incêndio Alta e Muito Alta e a proposta de solo urbano em áreas ainda não ocupadas e a consequente recomendação de que "... deveria ser revista a proposta de solo urbano de forma a garantir a proteção de pessoas e bens"; a preocupação manifestada em relação aos Recursos Naturais, tratados no ponto 7.2., relativamente às áreas de expansão da "área industrial da Batalha, da zona industrial de Perulhal e a área de expansão urbana de Pinheiros em áreas de máxima infiltração que poderão "... afetar a longo prazo o já frágil sistema aquífero em que o município da Batalha se insere"; a indicação de que "... a proposta dos perímetros urbanos da Batalha e Pinheiros deveriam ser mais contidos principalmente porque são circundados por sistemas ecológicos sensíveis com implicações", entre outras.

De referir que não se percebe a afirmação constante do capítulo 4 do RA, relativo ao envolvimento público e institucional, página 17, segundo a qual "... durante as consultas institucionais ocorridas durante o processo de revisão do PDM, não foram dados contributos por parte das entidades consultadas, ao Relatório Ambiental", sendo este o primeiro momento de consulta sobre o RA. Há ainda a assinalar que, relativamente ao Relatório de Fatores Críticos (RFC) foram dados contributos, quer pela CCDRC, como acima se referiu, quer por outras entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAIE). De resto, é importante que o resumo dos pareceres e a ponderação dos mesmos seja explicitado no documento em apreço.

## 2.2. Apreciação Específica

O modelo estratégico da proposta de revisão do PDM assenta em três eixos fundamentais, com destaque para i) a valorização e sustentação territorial; ii) a dinamização e modernização da base económica e iii) a melhoria da equidade e das condições de bem-estar social.

Na fase anterior foram definidos cinco fatores críticos para a decisão (FCD), os quais se mantêm, no essencial, tendo sido alargado o âmbito e conceitos de alguns fatores, nomeadamente o referente aos riscos tecnológicos e ao património cultural, passando assim a considerar-se os seguintes FCD:

- 1) Riscos Naturais e Tecnológicos.
- 2) Recursos Naturais.
- 3) População.
- 4) Atividades Económicas.
- 5) Património Cultural.

A avaliação de cada FCD deve ter em conta os critérios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade e indicadores que permitam descrever a situação existente e analisar as tendências das alternativas de planeamento.





Presidência do Conselho de Ministros  
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Desde já, uma nota para o não acolhimento da sugestão da CCDRC quanto à consideração de um FCD mais abrangente na ótica do "Ordenamento do Território" onde poderiam ser consideradas as questões inerentes à "População" e às "Atividades Económicas". Tendo em conta que o PDM define o regime de uso do solo através da classificação e qualificação do mesmo, reitera-se a importância da temática "ordenamento do território", onde deveriam ser introduzidos critérios relativos à "População" e às "Atividades Económicas", que foram considerados como FCD, bem como outros que permitissem conduzir à avaliação de muitas das problemáticas suscitadas no capítulo 7, relacionadas com o ordenamento do território, no sentido lato, nomeadamente as referentes à evolução da ocupação dos solos urbanizáveis.

Por outro lado, no quadro 4, do capítulo 6, relativo à definição dos Critérios e Objetivos, por FCD, é de referir que os mesmos não contemplam todos os riscos apresentados na versão do plano submetida à apreciação da CA, embora alguns deles possam ter sido considerados noutros FCD, o que deve ser explicitado. Esta situação é de grande relevância face às propostas apresentadas para áreas com riscos associados que não estão aqui contemplados, ficando, assim, por analisar os efeitos sobre a sustentabilidade do território e sobre a população e as respetivas propostas alternativas ou medidas de minimização.

Neste RA, para cada critério de avaliação dos FCD, apenas se considera a alternativa "sem a implementação da revisão do Plano" em contraponto à alternativa "com a revisão do Plano", não se confrontando a proposta de revisão do PDMB com outras propostas alternativas, que eventualmente pudessem ser mais favoráveis.

Embora o RA se baseie no relatório do plano, passamos a referir algumas observações sobre os FCD que poderão contribuir para o melhoramento do trabalho: No que diz respeito ao FCD 3) População:

- a) considera-se que o Quadro 14 deveria conter, na última coluna, a captação de área verde (m<sup>2</sup> de área verde/habitante), um indicador mais interessante do que a percentagem de área verde na freguesia face ao total concelhio, a qual constituiria a situação de partida relativamente ao indicador proposto no quadro 46;
- b) na avaliação dos espaços verdes, o Relatório limitou-se a uma análise quantitativa da proposta de revisão, quando teria sido bem mais vantajoso que se debruçasse sobre a sua efetiva concretização e sobre a sustentabilidade da sua manutenção no horizonte do Plano (aspetos que teriam que estar assegurados no Programa de Execução e no Plano de Financiamento);
- c) parece haver confusão entre o aglomerado urbano da Vila da Batalha e a freguesia da Batalha (páginas 73 e 74), prejudicando a validade das conclusões retiradas;
- d) deveria ser melhor explicitado o significado da expressão "ordem dos 10%" a propósito da escassez dos serviços de apoio a idosos (página 76);
- e) não foram utilizados os dados do Censos 2011 já disponíveis sobre deslocações (3.558 entradas e 3.950 saídas para trabalhar ou estudar);
- f) a análise sobre a estrutura urbana não desce ao nível de cada aglomerado/espço urbano, mas seria importante avaliar a adequação das áreas de urbanização programada em relação ao crescimento populacional previsto.



Presidência do Conselho de Ministros  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

No que diz respeito ao FCD 4) Atividades económicas, anotam-se as seguintes observações:

- a) a análise da estrutura da indústria transformadora não deveria cingir-se ao número de empresas por ramo, pois determinar as "atividades mais significativas" por este indicador é uma forma muito limitada de perceber a realidade (página 101 e quadro 26 da página seguinte);
- b) face aos conteúdos analisados, que envolvem atividades agrícolas, pecuárias, indústrias transformadoras, produção de vinhos e de aguardentes e depósitos de resíduos e sucatas, o critério "agricultura" deveria ser apelidado "passivos ambientais".

O RA prossegue com uma síntese da avaliação – definindo um conjunto de recomendações que permitam potenciar os efeitos positivos (oportunidades) e minimizar os efeitos negativos (riscos) – e com uma análise da evolução tendencial para os dois cenários alternativos estudados. Sobre este capítulo reitera-se o que foi referido anteriormente relativamente ao facto da mesma não refletir importantes questões pertinentemente levantadas no capítulo 7.

Por fim, é apresentado um "programa de gestão e monitorização ambiental". No âmbito do mesmo, deve ser esclarecido o significado de "bianaal", na página 135 e nos Quadros 45 a 47, páginas 138 a 140 (que se confunde com semestral, sendo preferível, se se pretende uma periodicidade de dois em dois anos, dizê-lo desta mesma forma ou substituir por "bienaal").

De forma a estruturar e objetivar a gestão e monitorização ambiental estratégica foram utilizados indicadores que visam seguir os efeitos estratégicos nos fatores de ambiente e sustentabilidade, decorrentes da implementação do Plano.

No entanto considera-se que muitos indicadores de seguimento preconizados são de difícil recolha e podem não traduzir com rigor os objetivos pretendidos, bem como as unidades de medida, sendo que o número absoluto como medida de muitos indicadores não é relevante, a não ser como dado de partida, desde que associado ao respetivo indicador de seguimento.

Assim:

**FCD "Riscos Naturais e Tecnológicos":**

- não se percebe a utilização do indicador relativo aos incêndios florestais "% de área ardida". Representa a relação da área ardida relativamente a que dado? À área do concelho? Aos "Espaços Florestais" delimitados na planta de ordenamento?
- relativamente às inundações, o indicador adotado é "N.º de ocorrências". Este indicador, embora relevante, não permite expressar a verdadeira dimensão da ocorrência, pelo que deve ser introduzido outro indicador que facilite essa avaliação, como seja a área inundada ou a cota atingida, tal como havíamos sugerido em parecer anterior.

**FCD "Recursos Naturais":**

- É importante considerar um critério e respetivos indicadores relativos ao comportamento da ocupação das áreas de proteção das captações de água de modo a assegurar a monitorização e controle da qualidade da água. Com efeito, a problemática relativa às propostas de uso e



Presidência do Conselho de Ministros  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

transformação do solo destas áreas foi devidamente explicitada no capítulo 7 do RA, contudo não transparecem, claramente, neste relatório, nem ao nível das recomendações, conforme já referido, nem das medidas de controle.

- O mesmo se passa com as alterações à estrutura da REN, sobre a qual deve constar também um indicador relativamente à “percentagem de REN com ocupação compatível”.

**FCD “População”:**

- o indicador “Tempo/população servida por área de influência”, medido em “minutos/população por m<sup>2</sup>”, supõe-se querer medir a irradiação dos equipamentos, mas poderia também medir a sua intensidade de utilização. Em qualquer dos casos não está bem formulado;
- introduzir um indicador relativo à “% de população exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite de exposição previstos no Regulamento Geral do ruído” e ainda:
- % de implementação de medidas de minimização de poluição sonora e relativos a recetores expostos ao ruído.

**FCD “Atividades Económicas”:**

- O “N.º e tipologia de empresas criadas” não é suficiente para avaliar o sucesso das áreas industriais/empresariais;

Sobre o critério “Explorações de Inertes”, propõe-se que sejam considerados os seguintes indicadores no que se refere à Qualidade do Ar:

- N.º de excedências dos níveis de concentração de poluentes atmosféricos aos valores limite legalmente estabelecido;
- N.º de reclamações apresentadas pela população;
- N.º de impactos na população provocados pela movimentação de viaturas, nomeadamente, a emissão de partículas.

Ainda relacionado com as Explorações de Inertes poderão ser adicionados alguns indicadores relacionados com “Conflitos entre usos e valores”:

- N.º de reclamações sobre as patologias detetadas nas construções decorrentes da atividade extrativa;
- N.º de reclamações relativas a pavimentos deteriorados (vias e passeios); devido ao tráfego pesado decorrente das explorações;
- N.º de acidentes viários provocados pelo aumento do tráfego pesado na envolvente.
- Verifica-se igualmente não ser descrito nenhum indicador em termos de Resíduos referente à Exploração de Inertes.



Presidência do Conselho de Ministros  
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Falta também, considerar um plano de controlo, no qual, face aos indicadores de sustentabilidade e à situação atual, se estabeleçam metas e se indique como se monitorizam as medidas tendentes ao alcance dessas metas.

Deveria ainda ser previsto um quadro de governança para a revisão do PDMB, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada FCD, bem como a concretização e ou o ajustamento das diretrizes propostas.

Seria ainda recomendável a absorção e a avaliação aprofundada dos objetivos preconizados nos documentos elaborados no âmbito do Programa Estratégico Região de Leiria 2020 (referidos na página 32 e com última versão conhecida do respetivo Plano de Ação datada de Março de 2014), que vão marcar o período da esperada vigência da revisão do PDMB mais do que os documentos referentes ao período de programação ainda em curso (2007-2013).

### 2.3. Apreciação de aspetos formais

De referir um conjunto de aspetos de detalhe que, sem prejudicarem a profundidade do Relatório, devem merecer uma revisão cuidada.

Com efeito, para além de uma necessária revisão global do texto, considera-se relevante que os seguintes aspetos sejam melhorados:

- a) designação de siglas e de entidades: não existe o PROF-BL, mas o PROF-CL (página 7), como aliás é referido no restante documento; PNDR tanto serve para designar Plano como Programa (cfr. página 7 e página 25); PNTN é "Plano Nacional Turismo de Natureza" (página 7), quando afinal é um Programa (cfr. páginas 25 e 145, na qual a mesma Resolução de Conselho de Ministros é referida por duas vezes); o PNPOT passa de "Programa Nacional da Política" (página 7) para "Programa Nacional para a Política" (página 25); na nota de pé de página 5 (página 17), a entidade designa-se por Direção Geral do Património Cultural;
- b) enquadramento administrativo: as referências a Leiria como capital de distrito (páginas 18, 21, 77 – ainda que neste caso em citação – e 92) poderiam ser eliminadas e admite-se que poderá ser assumida a integração do concelho na Comunidade Intermunicipal Região de Leiria (nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro), pelo que também as referências ao Pinhal Litoral (páginas 18, 72, 78, 96 e 112) estão datadas;
- c) alterações ao PDMB em vigor: são quatro (cfr. Sistema Nacional de Informação Territorial, <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=6B6C3143-F168-4944-A20C-0439EA10EF70&listoUltimos=1>) e não três (como se afirma na página 19);
- d) referência a outros planos municipais: o plano municipal de defesa florestal contra incêndios é referido como nacional por lapso (página 20);
- e) quadro de referência estratégico: num relatório datado de Abril de 2014, já não fará sentido a referência ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 (página 25), sendo mais adequado o alinhamento com a Estratégia Portugal 2020;



Presidência do Conselho de Ministros  
**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**

- f) não cumprimento do Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de Novembro (página 37) ou das orientações da Rede Natura 2000 (página 58) pelo PDM em vigor: sendo o PDM atual de 1995, o não cumprimento do disposto nos diplomas em causa deve ser referido tendo em conta este desfazamento temporal;
- g) identificação errada de FCD: na página 48, confunde-se um critério de avaliação (indústrias perigosas) com um FCD;
- h) o Decreto Regulamentar n.º 55/81, de 18 de Dezembro (referido na página 45) passa a ser "DL n.º 55/81" na página seguinte;
- i) incomparabilidade dos consumos de energia e de energia elétrica: na página 87, analisam-se dados da DGGE (atual Direção Geral de Energia e Geologia) referentes a consumos de energia em 2000 e 2010; na página 88, analisam-se os dados de consumo de eletricidade em 1998, 2000 e 2012, disponibilizados pelo INE;
- j) o título do Quadro 27 (página 111) não coincide com o respetivo conteúdo (dado que nada refere quanto ao emprego);
- k) no terceiro bullet da página 116, "solo arável" deve substituir-se por "solo arável";
- l) legibilidade de algumas figuras e da respetiva legenda: deverá ser globalmente melhorada;
- m) Uma nota para a descrição no ponto 7.1. dos riscos associados às zonas ameaçadas pelas cheias e respetivo tratamento no PDM em vigor. Por um lado, para esclarecer que o PDM em vigor apenas regulamentou a ocupação de uma área ameaçada pelas cheias no seguimento da condição imposta pela entidade que ao tempo tutelava essa matéria, quando do pedido de exclusão da mesma da REN, a qual passou a integrar o perímetro urbano da vila da Batalha. Não existem outros conflitos de perímetros urbanos com áreas ameaçadas por cheias e, se os houver, estão as mesmas sujeitas ao regime jurídico da REN.

#### 2.4. Resumo Não Técnico

O é acompanhado por um resumo não técnico (RNT) dando cumprimento formal ao disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º do DL 232/2007, de 15 de Junho, devendo, no final, este documento compatibilizar-se com o RA que vier a resultar da avaliação da proposta final do plano.

#### 3. Conclusão

Genericamente a metodologia e a estrutura do Relatório Ambiental da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal da Batalha (PDMB), seguem o disposto no artigo 6º do DL n.º232/2007 e as orientações definidas nos principais referenciais estratégicos da Avaliação Ambiental, constituindo um importante documento que será desejável possa ainda contribuir para influenciar as opções finais do plano.

Contudo, para cabal cumprimento da legislação referida, há aspetos que devem ser completados e, outros, reformulados e melhorados, mediante ponderação dos contributos que o presente parecer pretende consubstanciar, em paralelo com o desenvolvimento da proposta final de plano a apresentar à



Presidência do Conselho de Ministros  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Comissão de Acompanhamento para a apreciação final que se presume venha a ocorrer na próxima (5.ª) reunião plenária.

Assim, o Relatório Ambiental deve refletir a AAE da revisão do Plano, na versão que vier a ser submetida a parecer final da Comissão de Acompanhamento, conforme determina o n.º 7, em conjugação com o n.º 4, do artigo 75.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Com os melhores cumprimentos *estiveis pessoal*

O Vice-Presidente



(Dr. José Alberto Costa Ferreira)

José Alberto Ferreira  
Vice-Presidente  
 Despacho N.º 10866/12  
(Direção de Competências)



|            |        |
|------------|--------|
| ICNF, IP   | SALIDA |
| DATA       |        |
| 23-03-2015 |        |
| N.º        |        |
| 17899      |        |



S/ REFERÊNCIA DSR\_LEIRIA 77/15  
S/ DATA 06 de fevereiro de 2015  
N/ REFERÊNCIA CF 17899/DCNFC / DPAP /2015  
N/ DATA 23 / 03 / 2015

Exmo Senhor  
Chefe da Divisão Sub-Regional de Leiria da  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do Centro  
Rua da Cooperativa, 65  
São Romão  
2410-256 LEIRIA

#### ASSUNTO

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA BATALHA**  
**Convocatória para 5ª Reunião da CA com vista à emissão de parecer final**

Relativamente ao assunto em epígrafe e após análise da documentação relativa à Proposta de Plano remetida pela Câmara Municipal da Batalha através do Ofício Refº DOT-163 02.02.2015, com vista à realização da 5ª reunião da CA, tem-se a informar:

#### Carta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo

Na área abrangida pelo SIC PTCON0015 - Serras de Aire e Candeeiros, apenas deverão ser cartografadas na Carta de Ordenamento na categoria de Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos, as Áreas de Exploração Consolidada licenciadas, devendo ser retiradas desta Planta as áreas de exploração que não cumprirem tal requisito, tal como acordado na reunião sectorial realizada em Novembro de 2014.

#### Carta de Ordenamento – Salvaguardas e Execução

Esta Carta apresenta cartografadas as áreas de Solo Urbanizado na categoria de Qualificação Operativa do Solo, e, fá-las corresponder no n.º 8 do Artº 12º da Secção I do Capítulo IV – Solo Rural da proposta de Regulamento, às "áreas edificadas consolidadas" para efeitos de aplicação da legislação relativa à defesa da floresta contra incêndios através da seguinte norma "No âmbito da aplicação da legislação relativa à defesa da floresta contra incêndios referida no número anterior, consideram-se como "áreas edificadas consolidadas" as áreas de solo urbano classificadas operativamente como solo urbanizado, e as áreas que venham a



*adquirir estatuto equivalente a solo urbanizado através de operações urbanísticas realizadas de acordo com as disposições do presente plano."*

Não se aceita que sejam consideradas "áreas edificadas consolidadas", de acordo com o conceito definido na alínea b) do Artº 3º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, em articulação com Decreto-Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio, as "áreas que venham a adquirir estatuto equivalente a solo urbanizado através de operações urbanísticas realizadas de acordo com as disposições do presente plano."

Aceita-se que sejam consideradas "áreas edificadas consolidadas" as áreas classificadas operativamente como solo urbanizado na Carta de Ordenamento – Salvaguardas e Execução que correspondem às seguintes categorias de solo urbanizado na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo: Espaços Centrais, Espaços Residenciais Tipo I e II, Espaços de Atividades Económicas e Espaços de Uso Especial de Equipamentos.

Ainda no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, verificou-se, no cruzamento da proposta de Carta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo com as áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e muito alta constantes na Carta de Condicionantes – Carta 2-Recursos Ecológicos, Agrícolas e Florestais, situações em que a proposta de delimitação/ampliação de espaços onde se prevê/programa nova edificação se sobrepõe a áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e/ou muito alta. Em grande parte das situações trata-se de pequenas áreas marginais/periféricas, e, em alguns casos, pequenas zonas intersticiais classificadas com perigosidade alta/muito alta e envolvente já edificada:

- Em Solo Urbano, por exemplo, nos Espaços de Uso Especial de Equipamentos a NW e a SE do Espaço Residencial de Reguengo do Fetal, e, a Sul de Casal Centas, ou o Espaço Residencial Tipo II de Rio Seco, que constituem áreas já edificadas;
- Em Solo Rural, por exemplo, no Espaço de Ocupação Turística das Grutas da Moeda; nos Espaços Destinados a Equipamentos em Valinho/Cabecinho (já edificado) e em Barro (não edificado), ou, nas Áreas de Edificação Dispersa de Vale da Seta e Casal da Pedreira (pequenas zonas intersticiais com perigosidade alta e envolvente edificada);
- UQPS 7 – Zona Industrial de S. Mamede (não edificado).









Uma vez que a proposta de Plano apresenta propostas de áreas de edificação programada fora de áreas edificadas consolidadas, que se sobrepõem a áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e/ou muito alta, onde, de acordo com o n.º 2 do Art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, é interdita a edificação, o processo de planeamento deverá respeitar a interdição de construir em áreas que foram identificadas no PMDFCI, como possuindo um risco elevado ou muito elevado de incêndio, o que poderá ocorrer de duas formas:

- a) redelimitar as propostas de áreas de edificação programada no sentido de não se verificarem sobreposições com áreas classificadas com perigosidade de incêndio alta e/ou muito alta, e, concomitantemente, ser reformulada a proposta de Planta de Ordenamento;
- b) fazer consignar no regulamento do Plano uma condicionante à ocupação dessas áreas em função da futura revisão do grau de risco de incêndio.

A proposta de Regulamento apresenta no n.º 7 do Art.º 12.º da Secção I do Capítulo IV – Solo Rural um normativo que, com algum ajuste, poderá satisfazer a forma apresentada em b). Esse ajuste a efectuar será referido mais à frente.

#### **Cartas de Condicionantes**

Ambas as Cartas de Condicionantes (Carta 1 e Carta 2) são de difícil leitura devido à grande quantidade de informação que integram. À semelhança da Carta 2, a Carta 1 deverá ter uma designação que identifique os aspectos cartografados.

#### **Carta de Condicionantes – Carta 2-Recursos Ecológicos, Agrícolas e Florestais**

##### Aspecto 1

A área integrada em Rede Natura 2000 não deverá estar incluída nos Recursos Agrícolas, mas sim, nos Recursos Ecológicos. Os Recursos Ecológicos constam na Carta 1, quando, deveriam estar constar na Carta 2 devido à designação desta.

##### Aspecto 2

A delimitação do Perímetro Florestal da Batalha está incorrecta no local denominado Covão da Carvalho, área já excluída do Regime Florestal Parcial pelo Decreto n.º 49105, de 25.06.1969.



### Aspeto 3

Esta Carta apenas inclui a rede de postos de vigia, devendo ser cartografadas as redes de defesa da floresta contra incêndios que constituem servidões e restrições de utilidade pública, nomeadamente a rede de pontos de água e a rede primária de faixas de gestão de combustíveis declarada de interesse público, se existir. Deverá ser completada a informação em falta.

### **Enquadramento da Rede Natura 2000 no âmbito da Revisão do PDM da Batalha**

Este documento deverá denominar-se "Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000".

O documento identifica os valores naturais de interesse comunitário que ocorrem na área abrangida pela Rede Natura 2000, assim como as orientações de gestão preconizadas no PSRN2000 para o SIC Serras de Aire e Candeeiros, e apresenta a regulamentação proposta para esta área classificada. Todavia, não demonstra que as normas propostas para o uso, ocupação e utilização do solo associadas às categorias de espaço definidas na Planta de Ordenamento para as áreas integradas na Rede Natura 2000, apresentam compatibilidade com as orientações de gestão preconizadas no PSRN2000, promovendo ou não confluindo com a necessidade de conservação dos valores naturais presentes. Tal demonstração constitui um dos aspetos fundamentais a abordar no Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000.

Mais se tem a referir que a regulamentação proposta para além de incluir utilizações/ocupações suscetíveis de conduzir à degradação do mosaico de habitats de relevante valor ecológico, não define em concreto quais as atividades/ações que devem ser interditas e condicionadas por forma a promover a manutenção/melhoria do estado de conservação do mosaico de habitats e, bem assim, a sustentabilidade das espécies da fauna deles dependentes. Considera-se, portanto, que a regulamentação proposta não permite assegurar a manutenção de um estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário presentes no SIC Serras de Aire e Candeeiros.

### **Regulamento**

#### **Artº 4º**

*Inserir item para referência ao Plano Setorial para a Rede Natura 2000;*

*Inserir item para referência ao Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral.*



#### **Artº 5º**

Na alínea c), item ii) completar *"Regime Florestal Parcial – Perímetro Florestal da Batalha e Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros"*;

Inserir item *"Rede de Pontos de Água"*;

Inserir item *"Perigosidade de incêndio florestal"*;

Na alínea d), item ii) completar *"Rede Natura 2000 - SIC PTCON0015 - Serras de Aire e Candeeiros"*.

#### **Artº 12º**

Nº 7 - Alterar redação para *"Cumulativamente com todos os outros condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, a edificabilidade admissível nos termos do presente Plano fora das áreas edificadas consolidadas (cuja zonamento consta da Carta de Ordenamento Salvaguardas e Execução), só pode ser viabilizada caso simultaneamente cumpra os condicionamentos legais relativos à proteção do risco de incêndio, sendo proibida nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio alta ou muito alta na Carta de Zonamento - Salvaguardas e Execução e restringindo-se aos prédios cuja área e configuração garantam que a distância entre o perímetro exterior das componentes edificadas, incluindo anexos e alpendres, e as extremas dos mesmos cumpre os valores mínimos estabelecidos na lei ou, quando aplicável nos termos desta, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios"*.

Nº8 - Alterar redação para *"No âmbito da aplicação da legislação relativa à defesa da floresta contra incêndios referida no número anterior, consideram-se como 'áreas edificadas consolidadas' as áreas de solo urbano classificadas operativamente como solo urbanizado na Carta de Ordenamento - Salvaguardas e Execução"*.

#### **Artº 15º**

Inserido novo item com a seguinte redação *"Qualquer alteração de uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000"*.



#### **Artº 16º**

Uma vez que o PMDFCI da Batalha já terminou a sua vigência, deverão ser efetuadas alterações nos parâmetros de edificabilidade apresentados no Quadro 1, nomeadamente no que se refere à dimensão mínima da parcela, de forma que o regime previsto em todos os usos permita dar cumprimento ao disposto no nº 3 do Artº 16º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

#### **Artº 19º**

Deverão ser efetuadas as alterações referidas para o Artº 16º.

#### **Artº 21º**

Nº 3 - O articulado limita-se a transcrever algumas das orientações preconizadas no PSRN2000 para a gestão do mosaico de habitats com vista à manutenção/melhoria do seu estado de conservação e à promoção da sustentabilidade das espécies da fauna deles dependente, não definindo em concreto quais as atividades/ações que devem ser interditas e condicionadas por forma a atingir o objetivo atrás enunciado, pelo que se considera que este articulado não permite assegurar a manutenção de um estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário presentes no SIC Serras de Aire e Candeeiros.

Considerando o atrás exposto, deverá ser inserido um novo item com a seguinte redação  
*"Qualquer alteração de uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000"*

Não existe Nº 4.

Não se concorda com o Nº 5 e o Nº 6.

#### **Artº 22º**

Nas Áreas Florestais de Conservação integradas no SIC Serras de Aire e Candeeiros a expansão urbana deve ser fortemente condicionada face à relevância dos valores naturais de interesse comunitário presentes, ao qual acresce o facto do Perímetro Florestal da Batalha constituir uma área *non aedificandi*. Assim, a edificabilidade deve ser restringida a edifícios de apoio às atividades florestais e deve, em matéria de localização, ficar sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000. Os parâmetros de



edificabilidade apresentados no Quadro 3 relativamente aos edifícios de apoio às atividades florestais, nomeadamente no que se refere à dimensão mínima da parcela, devem ser alterados de forma a permitir dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do Art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

#### **Art.º 25.º**

Deverão ser efetuadas as alterações referidas para o Art.º 16.º.

#### **Art.º 27.º**

Inserir novo item com a seguinte redação " *Qualquer alteração do uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000*".

#### **Art.º 29.º**

Não se concorda com o N.º 3, por se considerar que nas Áreas Naturais Tipo II integradas no SIC Serras de Aire e Candeeiros a expansão urbana deve ser fortemente condicionada face à relevância dos valores naturais de interesse comunitário presentes, ao qual acresce o facto do Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros constituir uma área *non aedificandi*.

Inserir novo item com a seguinte redação " *Qualquer alteração do uso, ocupação ou utilização na área integrada no SIC Serras de Aire e Candeeiros fica sujeita a autorização prévia da entidade com atribuições legais em matéria de Rede Natura 2000*".

#### **Art.º 30.º**

Não se concorda com este articulado, por se considerar que nas Áreas Naturais Tipo II integradas no SIC Serras de Aire e Candeeiros a expansão urbana deve ser fortemente condicionada face à relevância dos valores naturais de interesse comunitário presentes, ao qual acresce o facto do Perímetro Florestal da Serra dos Candeeiros constituir uma área *non aedificandi*.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, L.P.

DCNFC – Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos  
 Mata Nacional do Choupal, 3000-611 COTIMARRA

TEL + 351 239499020 FAX + 351 239499029

E-MAIL [icnf@icnf.pt](mailto:icnf@icnf.pt) [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt)



**Artº 32º**

Inserir novo item "As ocupações e utilizações previstas nos N.º 1 e N.º 2 na área do Perímetro Florestal da Batalha ficam sujeitas a autorização prévia da entidade com atribuições legais sobre as áreas submetidas a Regime Florestal".

**Artº 34º**

Deverá ser incluído novo item com a seguinte redação: "Na área do Perímetro Florestal da Batalha, a expansão das áreas de exploração de recursos geológicos existentes, bem como a edificabilidade associada, ficam sujeitas a autorização prévia da entidade com atribuições legais sobre as áreas submetidas a Regime Florestal".

**Artº 49º**

À semelhança do N.º 7 do Artº 12º, e porque em solo urbano também existem áreas vocacionadas para a edificação fora de 'Áreas edificadas consolidadas', deve ser inserido um item com a seguinte redação "Cumulativamente com todos os outros condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis, a edificabilidade admissível nos termos do presente Plano fora das áreas edificadas consolidadas (cujo zonamento consta da Carta de Ordenamento Salvaguardas e Execução), só pode ser viabilizada caso simultaneamente cumpra os condicionamentos legais relativos à proteção do risco de incêndio, sendo proibida nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio alta ou muito alta na Carta de Zonamento - Salvaguardas e Execução e restringindo-se aos prédios cuja área e configuração garantam que a distância entre o perímetro exterior das componentes edificadas, incluindo anexos e alpendres, e as extremas dos mesmos cumpre os valores mínimos estabelecidos na lei ou, quando aplicável nos termos desta, no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios".

**Artº 98º**

Relativamente às UOPG 1, 2, 3 e 7, por se tratar de polígonos industriais inseridos ou confinantes com espaços florestais, deve ficar expressamente referido no regulamento que "A UOPG deverá salvaguardar uma faixa de proteção com largura não inferior a 100 metros para o interior do polígono da Área de Localização Empresarial/Zona Industrial, cumprindo o disposto no n.º 3 do Artº 16º, em articulação com o n.º 11 do Artº 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro".





Relativamente à UOPG 7 - Zona Industrial de São Mamede, para além do atrás referido, deve, igualmente ficar expressamente referido no regulamento que *"A edificação é interdita nos terrenos classificados com perigosidade de incêndio alta ou muito alta na Carta de Zonamento - Salvaguardas e Execução, ficando a sua ocupação futura dependente de revisão do grau de risco de incêndio"*.

#### Relatório Ambiental

Relativamente ao Programa de Gestão e Monitorização Ambiental (ponto 9.), quer no que se refere aos indicadores de seguimento (Quadro 44) estabelecidos para o critério Incêndios do FCD Recursos Naturais e Tecnológicos, bem como para os critérios Biodiversidade e Florestas do FCD Recursos Naturais, o ICNF é indicado como "Fonte" de fornecimento de informação/dados que permita realizar a análise e avaliação dos efeitos da implementação do Plano Diretor Municipal. O ICNF discorda da proposta de Programa de Gestão e Monitorização Ambiental apresentada uma vez que não pode vincular-se como "Fonte" de informação para o cálculo dos indicadores de seguimento, por não ser possível garantir o desenvolvimento dos trabalhos necessários à obtenção de tais dados/informação. Neste contexto, o Quadro 44 deve ser reformulado no sentido de não imputar tal responsabilidade/compromisso ao ICNF.

Em conclusão, o ICNF emite parecer favorável condicionado à realização das alterações referidas.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos,

  
Maria da Paz Moura

(Nomeação em regime de substituição – Despacho nº 344/2013, alínea m),  
de 11 de Fevereiro, publicado no DR, 2ª Série, nº 29)



## ANEXO B – Quadro de Referência Estratégico

**Quadro 1: Objectivos do QRE**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                                                      | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PNPOT 2007-2025 –<br/>Programa Nacional para<br/>a Política de<br/>Ordenamento do<br/>Território</b> | Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                                                                                         | Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                                                                                         | Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão social                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                                                         | Expandir as redes e infra estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>ENDS - Estratégia<br/>Nacional para o<br/>Desenvolvimento<br/>Sustentável</b>                        | Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética. Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.                                                                                                        |
|                                                                                                         | Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.                                                                                                                                                                                |
|                                                                                                         | Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território. O que se pretende é mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infraestruturas de acesso eficaz às redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional. Preconiza-se, também, o valorizar do papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território. |

**Quadro 2: Objectivos do QRE (cont.)**

| PLANOS E PROGRAMAS                                  | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| QREN – Quadro de referência<br>Estratégico Nacional | Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade.                                                                                                                                                                                                       |
|                                                     | Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração, da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante.                                                                                                       |
|                                                     | Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento |
|                                                     | Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.                                                                                                                                                |
| PSRN 2000 - Plano Sectorial da Rede Natura 2000     | Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território; representar cartograficamente a distribuição dos habitats presentes no Sítios e ZPE;                                                                                                                                                                         |
|                                                     | Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                     | Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                     | fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores; definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.                                                                                                                                                  |

**Quadro 3: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                               | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ENCNB- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e de Biodiversidade</b> | Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                  | Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                  | Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especialmente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.                                                                                                                           |
|                                                                                  | Preservar a autenticidade arquitectónica dos centros históricos das cidades através da conservação de edifícios e da manutenção e iluminação dos museus e monumentos – e criar condições para a deslocação a pé ou de bicicleta e assegurar a existência de zonas verdes.                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo</b>                              | Promover a valorização do património paisagístico e natural, bem como a biodiversidade, intervindo nomeadamente nas áreas classificadas, integrando políticas de conservação da natureza e princípios de utilização sustentável dos recursos. Deve-se assegurar a limpeza e despoluição ao nível do solo, sub-solo, água e ar, o controle dos níveis de ruído, de assegurar as condições de saneamento, e também a eliminação de depósitos de entulho nas margens dos rios em áreas turísticas. |
|                                                                                  | Reduzir as intervenções com impacto na paisagem natural ou urbana e promover a arborização dos espaços.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

**Quadro 4: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                     | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PNTN - Programa Nacional de Turismo de Natureza</b> | <p>Compatibilizar as actividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respectivas capacidades de carga</p> <p>Promover projectos e acções públicas e privadas que contribuam para a adequada visitabilidade das AP, através da criação de infraestruturas, equipamentos e serviços;</p> <p>Promover no interior das AP a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural</p> <p>Promover a instalação e o funcionamento de «casas de natureza», como infraestruturas de alojamento que, não sendo as únicas nas AP, delas serão exclusivas;</p> <p>Valorizar a recuperação e ou a reconversão dos elementos do património construído existentes, passíveis de utilização pelas actividades de turismo de natureza;</p> <p>Promover a criação de infraestruturas e equipamentos necessários às actividades de turismo de natureza que salvaguardem a sua adequada integração;</p> <p>Instalação em cada AP de centros de recepção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos ecomuseológicos e de sinalização adequada às funções de recepção, informação, interpretação e visitas turísticas;</p> <p>Incentivar práticas turísticas, de lazer e de recreio não nocivas para o meio natural e compatíveis com a sua preservação;</p> <p>Fomentar actividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e população em geral;</p> <p>Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;</p> <p>Incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo mais aliciantes à fixação dos jovens;</p> <p>Promover as actividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural;</p> <p>Promover os produtos de base local e a sua comercialização, nomeadamente através da gastronomia;</p> <p>Divulgar as manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural.</p> |



**Quadro 5: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PNA – Plano Nacional da Água</b>                               | Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras                                                                                                                                              |
|                                                                   | Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspectos da quantidade e da qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais |
|                                                                   | Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a protecção a longo prazo dos meios hídricos disponíveis e as perspectivas sócio-económicas                                                                 |
|                                                                   | Meta no consumo urbano. Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.                                                  |
| <b>PNUEA- Programa Nacional para o Usos Eficiente da Água</b>     | Meta no consumo agrícola. Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.                                                                               |
|                                                                   | Meta no consumo industrial. Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.                                                           |
|                                                                   | Oferta e Procura de Energia Eólica meta 2010<br>Aumento da produção eólica para 4500MW<br>Eficiência Energética dos Edifícios - Aumento da eficiência térmica dos novos edifícios em 40%                                                                                                                                            |
| <b>PNAC (2006) – Plano Nacional Para as alterações climáticas</b> | Transportes meta 2010- Directiva de combustíveis - Introdução do Biocombustível no modo rodoviário em 5,75%                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                   | Agricultura meta 2010 - Implementação da Directiva PCIP (Prevenção e Controlo integrado da Poluição)                                                                                                                                                                                                                                |
|                                                                   | Floresta meta 2010 - área de nova floresta relativamente a 31,12,1989: 492 mil hectares                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                   | Resíduos meta 2010 - implementação da directiva PCIP                                                                                                                                                                                                                                                                                |

**Quadro 6: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                 | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PNAEE- Plano Nacional de Acção para a eficiência energética</b> | <p><u>Área dos Transportes:</u></p> <p>Programa Mobilidade Urbana: Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes colectivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros</p> <p>Programa Sistema de Eficiência Energética nos Transportes: Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários</p> |
|                                                                    | <p><u>Área Residencial e Serviços:</u></p> <p>Programa Certificação Energética de Edifícios: Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética</p> <p>Programa Renováveis na Hora: Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar</p>                                                                                                                                      |
|                                                                    | <p><u>Área de Indústria:</u></p> <p>Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e de mudança de comportamentos</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                                    | <p><u>Área de Estado:</u></p> <p>Programa Eficiência Energética no Estado: O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Sector Estatal a um ritmo superior ao definido como objectivo geral na directiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo.</p>                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                                                    | <p><u>Área de fiscalidade:</u></p> <p>Utilização de ferramentas fiscais (taxas, abatimentos ao rendimento, benefícios e incentivos) que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes e que ao mesmo tempo desincentivem a aquisição de equipamentos menos eficientes face às melhores alternativas já existentes no mercado de forma corrente</p>                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                    | <p><u>Área de incentivos e financiamento:</u></p> <p>Incentivos à Reabilitação Urbana</p> <p>Fontes de financiamento</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

**Quadro 7: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                                              | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PEASAR 2007-2013 Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais</b> | A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, que devem materializar-se através da solidariedade nacional e regional nas soluções adoptadas, contribuindo para o pagamento do serviço a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores e da lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, no respeito pela autonomia legalmente conferida às autarquias locais, privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos |
|                                                                                                 | A protecção dos valores ambientais, através da atribuição de uma elevada prioridade ao cumprimento do normativo nacional e comunitário e da incorporação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável, da afirmação das boas práticas ambientais, ajudando pelo exemplo à evolução, no mesmo sentido, do tecido empresarial envolvente, com o reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização.                                                |
| <b>PNAAS - Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde</b>                                         | Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                                                                                 | Reduzir, reutilizar, Reciclar                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                 | Separar na origem                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                                                                                                 | Minimizar a deposição em aterro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>PERSU II - Plano Estratégico para os resíduos sólidos urbanos 2007-2016</b>                  | “Waste to Energy” para a fracção “resto” (não reciclável).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                 | “Protocolo de Quioto”: compromisso determinante na política de resíduos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                                                                                                 | Informação validada a tempo de se poderem tomar decisões.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                 | Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

**Quadro 8: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                    | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                   |
|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PNDFCI – Plano Nacional de Defesa de Floresta contra Incêndios</b> | Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais                         |
|                                                                       | Redução da incidência dos incêndios                                                   |
|                                                                       | Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios                              |
|                                                                       | Recuperar e reabilitar os ecossistemas                                                |
| <b>PRN2000 – Plano rodoviário Nacional 2000</b>                       | Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz                                |
|                                                                       | Potenciar o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários |
|                                                                       | Potenciar o desenvolvimento de potencialidades regionais                              |
|                                                                       | Aumentar a segurança da circulação                                                    |
|                                                                       | Potenciar a adequação da gestão da rede.                                              |

**Quadro 9: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                                                | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ENF - Estratégia Nacional para a Floresta</b>                                                  | Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                                                   | Especialização do território                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                                                                   | Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável                                                                                                                                                                                                              |
|                                                                                                   | Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos;                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                   | Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector;                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                   | Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>PNSAC – Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros</b>                                     | Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;                                                                                                 |
|                                                                                                   | Enquadrar as actividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, bem como as actividades de recreio e turismo com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e o bem estar das populações de forma sustentada;                         |
|                                                                                                   | Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença criando condições para a sua manutenção e valorização;                                                                                                                                |
|                                                                                                   | Assegurar a participação activa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes.                                                                                                                                               |
| <b>ENEAPI - Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro Industriais 2007-2013</b> | Adoptar um modelo institucional para a concepção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas; |
|                                                                                                   | Adoptar soluções colectivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada;                                                                                                                                |

**Quadro 10: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                             | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PBH do rio LIS – Plano da bacia Hidrográfica do Rio LIS</b> | <p>Gestão da procura — assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspectivas socioeconómicas: Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais; Assegurar a quantidade de água necessária na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das actividades económicas;</p> <p>Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                                | <p>Protecção das águas e controlo de poluição — garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos: Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano; Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos afluentes, nomeadamente os domésticos com soluções técnica e ambientalmente adequadas, concebidas de acordo com a dimensão dos aglomerados e com as infraestruturas já existentes e com as características do meio receptor; Promover a recuperação e controlo da qualidade dos meios hídricos superficiais e subterrâneos, no cumprimento da legislação nacional e comunitária, nomeadamente através do tratamento e da redução das cargas poluentes e da poluição difusa</p>                                                                                                                                                                                      |
|                                                                | <p>Conservação da natureza — assegurar a protecção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a protecção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário: Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica, nomeadamente através da integração da componente biótica nos critérios de gestão da qualidade da água; Promover a definição de caudais ambientais e evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico, visando garantir a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, estuarinos e costeiros;</p> <p>Promover a preservação e ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária nomeadamente das áreas classificadas, das galerias ripícolas e do estuário</p> |
|                                                                | <p>Protecção e minimização dos efeitos de cheias, secas e poluição accidental — promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição: Promover a adequação das medidas de gestão em função das disponibilidades de água, impondo restrições ao fornecimento apenas quando as reservas disponíveis atinjam um nível excessivamente baixo, e promovendo a racionalização dos consumos apontando para consumos unitários mínimos;</p> <p>Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e o estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos;</p>                                                                                                                                                |

**Quadro 11: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                             | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PBH do rio LIS – Plano da bacia Hidrográfica do Rio LIS</b> | <p>Articulação do domínio hídrico com o ordenamento do território — preservar as áreas do domínio hídrico;</p> <p>Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, nos troços em que o uso não seja compatível com os objectivos de protecção e valorização ambiental dos recursos;</p> <p>Promover a definição de directrizes de ordenamento, visando a protecção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e de uma forma mais geral, das galerias ripícolas, dos troços mais degradados e do estuário</p> |
|                                                                | <p>Quadro institucional e normativo — racionalizar e optimizar o quadro normativo e institucional vigente;</p> <p>Promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional, nomeadamente nos empreendimentos de fins múltiplos;</p> <p>Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água;</p> <p>Promover a gestão integrada do estuário, visando a sua valorização social, económica e ambiental;</p> <p>Assegurar a implementação da Directiva Quadro</p>                                                                |
|                                                                | <p>Resolver as carências e atenuar as disfunções ambientais actuais associadas à qualidade dos meios hídricos, resultantes do não cumprimento da legislação nacional e comunitária ou de compromissos internacionais aplicáveis na presente data</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                                                | <p>Resolver outras carências e atenuar outras disfunções ambientais actuais associadas à qualidade dos meios hídricos;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |



**Quadro 12: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                                  | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>PBH do rio Tejo -<br/>Plano da Bacia<br/>Hidrográfica do Rio<br/>Tejo</b></p> | <p>Protecção das Águas e Controlo da Poluição<br/> Resolver as carências e atenuar as disfunções ambientais actuais associadas à qualidade dos meios hídricos, resultantes do não cumprimento da legislação nacional e comunitária ou de compromissos internacionais aplicáveis na presente data;<br/> Resolver outras carências e atenuar outras disfunções ambientais actuais associadas à qualidade dos meios hídricos;<br/> Adaptar as infraestruturas associadas à despoluição dos meios hídricos e os respectivos meios de controlo à realidade resultante do desenvolvimento sócio-económico e à necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água;<br/> Proteger e valorizar meios hídricos de especial interesse, com destaque para as origens destinadas ao consumo humano;<br/> Caracterizar, controlar e prevenir os riscos de poluição dos meios hídricos;<br/> Aprofundar o conhecimento relativo a situações cuja especificidade as torna relevantes no âmbito da qualidade da água;<br/> Desenvolver e/ou aperfeiçoar sistemas de recolha, armazenamento e tratamento de dados sobre aspectos específicos relevantes em relação aos meios hídricos.</p> <p>Gestão da Procura.</p> <p>Abastecimento de Água às Populações e Actividades Económicas<br/> Resolver as carências resultantes do não cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicáveis na presente data;<br/> Resolver outras carências actuais associadas ao atendimento das populações;<br/> Adaptar as infraestruturas e os respectivos meios de controlo à realidade resultante do desenvolvimento sócio-económico e à necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água a fornecer;<br/> Assegurar a optimização da água como recurso, promovendo, não só a poupança e o uso eficiente da água, como também a garantia da quantidade a disponibilizar na origem;<br/> Aumentar a eficiência dos aproveitamentos hidroagrícolas nomeadamente das respectivas infraestruturas e da utilização da água;<br/> Atingir uma melhor utilização das áreas de rega já equipadas;<br/> Aprofundar o conhecimento e desenvolver e/ou aperfeiçoar sistemas de recolha, armazenamento e tratamento de dados pertinentes.</p> |

**Quadro 13: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                           | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PBH do rio Tejo -<br/>Plano da Bacia<br/>Hidrográfica do Rio<br/>Tejo</b> | <p><b>Protecção da Natureza</b><br/>         Manter ou melhorar o estado ecológico dos ecossistemas dulçaquícolas, bem como recuperar e reabilitar os ecossistemas dulçaquícolas, cujo estado ecológico se encontre deteriorado, incluindo as massas de água fortemente modificadas;<br/>         Proteger os meios aquáticos e ribeirinhos de especial interesse ecológico por terem sido detectadas situações de valor conservacionista e elevada proximidade da situação pristina;<br/>         Garantir formas sustentáveis de utilização das espécies, comunidades e ecossistemas, bem como estabelecer regras de actuação ecologicamente adequadas nas acções de manutenção e reabilitação de sistemas hídricos;<br/>         Definir os caudais ecológicos nos diferentes cursos de água da bacia do Tejo com base em estudos aprofundados e monitorização adequada e promover a adequação das infraestruturas existentes às exigências da gestão dos caudais ambientais;</p> <p><b>Protecção e Minimização dos Efeitos das Cheias, Secas e Acidentes de Poluição</b><br/>         Elaborar e implementar um programa de correcção de estrangulamentos naturais e artificiais que condicionam de forma inaceitável as condições de escoamento em cheia;<br/>         Estabelecer critérios a adoptar em termos de regularização de cheias para criação de albufeiras em que uma das finalidades principais seja o amortecimento de cheias;<br/>         Optimizar o sistema de vigilância e alerta de cheias na bacia do Tejo e assegurar a gestão integrada das albufeiras do Tejo por forma a minimizar os efeitos das cheias;<br/>         Elaborar programas de actuação em situação de seca, nomeadamente através da definição dos limites admissíveis para sobreexploração e a deterioração temporária da qualidade dos recursos superficiais e subterrâneos e que compreenda a redução de fornecimento e a definição de prioridades na satisfação da procura;<br/>         Elaborar Planos de Emergência Específicos para actuação em casos de acidentes de poluição.</p> <p><b>Valorização Económica e Social dos Recursos Hídricos</b><br/>         Estudar as causas de decréscimo das capturas de pescado e das causas ambientais negativas para o desenvolvimento das espécies piscícolas, com vista ao fomento piscícola e identificação de locais potencialmente utilizáveis para instalação de actividades de piscicultura;<br/>         Promover a melhoria e preservação racional dos canais de navegação, com possível associação da dragagem à exploração de inertes. Regularamentar o licenciamento das explorações de extracção de inertes de modo a privilegiar a sua contribuição para o desassoreamento de zonas assoreadas;<br/>         Avaliar os aspectos associados a potenciais situações de conflito entre as diversas utilizações das albufeiras de modo a optimizar utilizações múltiplas.</p> <p><b>Articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico</b><br/>         Delimitar os perímetros de protecção de todas as captações de águas subterrâneas destinadas a abastecimento público;<br/>         Uniformizar a tipologia e critérios de delimitação das áreas de protecção dos recursos hídricos.</p> |

**Quadro 14: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                                    | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PROT C – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (em elaboração)</b> | <p>Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente:</p> <p>A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;</p> <p>O reforço dos factores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;</p> <p>A protecção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;</p> <p>O aproveitamento do potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;</p> <p>A mobilização do potencial agro-pecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas;</p> <p>O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;</p> <p>O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                                       | <p>Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:</p> <p>Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais;</p> <p>Densificar as interações intra-regionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região;</p> <p>Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infraestruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intra-regionais;</p> <p>Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I &amp; D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de actividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico;</p> <p>Desenvolver uma rede de áreas empresariais para o ordenamento e aumento da competitividade do modelo de industrialização difusa da faixa litoral;</p> <p>Identificar a estrutura de protecção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território;</p> <p>Proteger e valorizar o património arquitectónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;</p> <p>Desenvolver novas formas de relação urbano-rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural;</p> <p>Articular a estratégia de desenvolvimento territorial com as opções definidas para a região do Norte e para a região de Lisboa e Vale do Tejo, em particular tendo em conta a localização do novo aeroporto de Lisboa e a futura acessibilidade ferroviária em alta velocidade;</p> |

**Quadro 15: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                                                                  | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PROF- Centro Litoral –<br/>Plano Regional de<br/>Ordenamento Florestal<br/>do Centro Litoral</b> | Aumentar a diversidade de espécies de árvores florestais, nomeadamente com carvalhos (sobretudo cerquinho e alvarinho);                                                                      |
|                                                                                                     | Melhorar a gestão cinegética, de forma harmonizada com os outros usos do solo;                                                                                                               |
|                                                                                                     | Promover a gestão dos espaços florestais de forma a permitir a certificação tanto da sua gestão como dos seus produtos lenhosos ou não-lenhosos;                                             |
|                                                                                                     | Dinamizar a pesca de águas interiores e a actividade cinegética;                                                                                                                             |
|                                                                                                     | Promover um melhor enquadramento paisagístico dos espaços florestais vocacionados para a produção lenhosa, de forma a potenciar o desenvolvimento do recreio e lazer nos espaços florestais. |
|                                                                                                     | Criar e executar planos de gestão para as áreas públicas tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados;                                                                          |
|                                                                                                     | Regular e controlar a fiscalização das actividades de recreio e lazer no sentido da protecção e conservação das zonas húmidas e dos sistemas dunares;                                        |
|                                                                                                     | Promover a utilização de espécies produtoras de madeiras com utilizações nobres;                                                                                                             |
|                                                                                                     | Promover a diversidade de espécies de árvores florestais e cinegéticas empregues.                                                                                                            |
|                                                                                                     | Promover a actualização do cadastro dos prédios rústicos;                                                                                                                                    |
|                                                                                                     | Promover a condução dos povoamentos florestais garantindo melhor valorização dos seus produtos finais;                                                                                       |
|                                                                                                     | Melhorar a capacidade técnica e de gestão das explorações florestais;                                                                                                                        |
|                                                                                                     | Manter a proporção de espaços florestais no território (não aumentar a proporção de outros usos do solo, nomeadamente espaços sociais, em detrimento dos espaços florestais);                |
|                                                                                                     | Promover formas de exploração dos espaços florestais geradoras de emprego.                                                                                                                   |

**Quadro 16: Objectivos do QRE - continuação**

| PLANOS E PROGRAMAS                                         | TRADUÇÃO DOS OBJECTIVOS DOS PLANOS E PROGRAMAS PARA O ÂMBITO DO PDM                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>A21 da Batalha -<br/>Agenda 21 Local da<br/>Batalha</b> | <p>Batalha promove a gestão ambiental sustentável:<br/>Gestão do Ciclo da Água;<br/>Eficiência Energética;<br/>Acção de Sensibilização</p> <p>Desfrute do Concelho da Batalha:<br/>Divulgação dos Recursos Naturais/patrimoniais do Concelho</p> <p>Batalha, exemplo de boa Gestão Municipal:<br/>Serviço de Gestão Ambiental;<br/>Incorporação de critérios Ambientais na Organização Municipal</p> |